

Dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte (1970/2000)

Resumo

Tem-se como propósito no presente trabalho, o estudo das transformações da economia do Rio Grande do Norte nas últimas três décadas do século XX. A objetivação de tal propósito implicou apresentar o processo de reestruturação das atividades preexistentes, bem como a emergência de novas atividades que imprimiram “novas dinâmicas” à economia estadual, fazendo com que a economia potiguar passasse da condição de economia fundada em atividades agropecuárias e extrativas à de economia baseada em atividades urbanas. A hipótese central do trabalho é que o Estado teve papel preponderante na configuração e reconfiguração espacial da produção no Rio Grande do Norte nas décadas estudadas. O trabalho baseia-se em revisão da literatura que estuda a economia potiguar em parte do período estudado, bem como em dados publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palavras-chaves: Reestruturação produtiva, Dinâmica econômica, Rio Grande do Norte, novas dinâmicas, terciário.

Abstract

The present work has as its purpose the study of the economic transformations of the Rio Grande do Norte State in the last three decades of 20th century. The undertaking of such approach implied to present the process of restructuring of the preexisting activities, as well as the emergency of new activities which posed “new dynamics” to the economy of states, making the Rio Grande do Norte’s economy to pass from the condition of an economy based on farming and mining activities to one based on urban activities. The central hypothesis of the work is that the State had a preponderant role in the Rio Grande do Norte’s output spatial configuration and reconstitution in last studied decades. The work is based on a review of the literature which studies the Rio Grande do Norte’s economy in part of the studied period, as well as in the data published by the Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE – Work and Employment Ministry) and by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics).

Key words: Productive Restructuring, Economic dynamics, Rio Grande do Norte, new dynamics, tertiary sector.

Dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte (1970/2000)

Em período anterior à década de setenta, a economia potiguar ancorou-se numa estrutura produtiva com baixos níveis de diversificação e de integração, com forte vínculo a atividades agropecuárias e extrativas e fundada em reduzido número de produtos. Além da produção agropecuária para autoconsumo, constituíram-se nas principais atividades da economia potiguar a cotonicultura, a pecuária bovina, a canavieira e o extrativismo do sal marinho e da scheelita.

No âmbito da economia colonial, a pecuária do Rio Grande do Norte tornou-se uma atividade de fundamental importância para a conquista e ocupação do sertão, além de consistir em elo de articulação com a atividade canavieira através do fornecimento de animais para uso como força motriz ou como alimento. Para além desse período, a pecuária bovina perdeu sistematicamente importância no conjunto das atividades econômicas do Rio Grande do Norte, embora ainda figure como a mais importante atividade da pecuária na contemporaneidade e, por isso, tenha se tornando alvo de um importante programa governamental denominado de “Programa do Leite”¹.

Em que pese a restrita área de Zona da Mata no Rio Grande do Norte, o cultivo da cana-de-açúcar se constituiu em importante atividade econômica em âmbito estadual, nas várzeas dos rios situados no litoral oriental, principalmente a partir do início do século XVIII. Desde então, a cana-de-açúcar, não obstante tenha alternado períodos de expansão e retração da produção, assumiu a condição de um dos mais importantes produtos da agricultura potiguar (TAKEYA, 1985; CLEMENTINO, 1995; FELIPE e CARVALHO, 2002).

A cotonicultura adquiriu grande importância econômica a partir do momento em que se iniciou o processo de formação do mercado nacional em fins do século XIX, em decorrência da afirmação de um núcleo capitalista interno no país sediado no Sudeste, núcleo que se constituiu no principal mercado consumidor do algodão mocó, passando este a ser produzido em escala crescente no Rio Grande do Norte. Essa atividade continuou fundamental para a economia, tendo assumido grande importância para a estrutura de poder estadual por várias décadas, sendo afetada por uma profunda crise somente no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a exemplo do ocorrido com a cotonicultura nordestina, quando foi encerrado o terceiro e maior surto de exportação do algodão brasileiro para outros países².

A atividade salineira foi objeto de exploração desde o primeiro século da colonização “nas ribeiras dos rios Mossoró e Açú” (ANDRADE apud GARCIA, 2001: 69). A vigorosa exploração salineira no Rio Grande do Norte tem sido fundada essencialmente na existência

de vantagens competitivas naturais decorrentes da integração de fatores como marés, ventos, temperaturas elevadas, baixas taxas de umidade do ar e de precipitação pluviométrica e temperaturas elevadas, propiciando que esta unidade federativa ao longo dos séculos tenha sido o maior produtor nacional do produto (GARCIA, 2001: 69). Essa atividade tem sua trajetória marcada pela incapacidade de interação com outras atividades produtivas no próprio estado ou na Região Nordeste, tendo, por isso, forte dependência da demanda de outras regiões do país, particularmente do Sudeste. A indústria salineira também experimentou mais uma de suas crises periódicas em fins da década de sessenta.

A scheelita é uma das vinte variedades do tungstênio. A sua presença no Rio Grande do Norte era conhecida desde a década de vinte, porém não se constituía em objeto de exploração pelo fato de não ter participação importante para a produção de bens de consumo de massa. Entretanto, a Segunda Guerra Mundial propiciou a exploração da scheelita potiguar em decorrência do seu amplo uso militar (GARCIA, 2001: 72). A partir de então, esse mineral adquiriu importância econômica em âmbito estadual. Entretanto, o término da Segunda Grande Guerra lançaria essa atividade em crise e somente a Guerra da Coreia propiciaria novamente sua superação. Com o término dessa guerra, nova crise atingiu a indústria da scheelita.

A partir da breve exposição feita acima, pode-se perceber que de fins da década de sessenta ao início da década de setenta, as principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte encontravam-se enfrentando profundas crises, que no caso das atividades agropecuárias foram acentuadas pelas secas ocorridas durante os anos setenta. Entretanto, a atuação do Estado Desenvolvimentista no Brasil, sob a tutela militar, seria decisiva para a incorporação do Rio Grande do Norte ao processo de expansão capitalista em curso no país, possibilitando a reestruturação de atividades preexistentes e o estímulo a novas atividades econômicas. Conforme destaca Clementino (2003: 391):

Somente na década de 70 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Assistem-se a transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os sinais da transformação na estrutura produtiva fazem-se presentes em todos os setores. Para isso, muito contribuíram os incentivos fiscais concedidos pela extinta SUDENE.

As transformações ocorridas deste então foram promotoras de inequívoca expansão produtiva no estado do Rio Grande do Norte, é verdade que a partir de um nível de produto ínfimo, e de um acentuado processo de urbanização que apresentou-se fortemente concentrado em poucos pontos do território da unidade federativa em foco.

A partir do início dos anos setenta, a economia potiguar passou a experimentar elevadas taxas de crescimento comparativamente às apresentadas tanto pelo Brasil quanto pela Região Nordeste, conforme pode ser verificado na Tabela 1. Na década que encerrou uma longa fase de expansão da economia brasileira, 1970/80, enquanto a economia brasileira cresceu à taxa de 10,3% a.a., a nordestina, à de 10,5%, a potiguar cresceu à taxa de 12,1%. No período seguinte, denominado de “primeira década perdida”, enquanto o Brasil e o Nordeste cresceram a taxas médias anuais de 2,0% e 2,7%, respectivamente, o Rio Grande do Norte teve seu produto expandindo-se à taxa de 3,2% a.a. Na década de noventa, caracterizada como “segunda década perdida”, sob mudanças de orientação liberal, o conjunto das atividades produtivas no Rio Grande do Norte continuou crescendo a taxas superiores ao Nordeste e ao Brasil. Assim, durante o período compreendido de 1970 a 2000, enquanto o Brasil e o Nordeste expandiram-se à média anual de 4,9% e 5,3%, respectivamente, a economia potiguar cresceu à taxa de 6,5%.

Realizada esta abordagem geral da dinâmica econômica durante o período 1970/2000, é importante retornar ao início da década de setenta para tratar de modo mais apropriado os efeitos modernizadores da estrutura econômica empreendido pelo Estado através de incentivos fiscais e financeiros.

No Rio Grande do Norte, a indústria extrativa mineral foi a primeira a se beneficiar da política de incentivos para promover em fins dos anos sessenta e início dos anos setenta um processo de modernização. Para que se possa aquilatar o impacto no mencionado setor, basta mencionar que foi promovida a ampla modernização da atividade salineira envolvendo a parte meramente extrativa, através da substituição de instrumentos manuais por equipamentos mecânicos, a parte relativa ao transporte e a atinente à infra-estrutura destinada ao escoamento do sal com a construção do Porto Ilha (SOUSA, 2002 e PALMEIRA SOBRINHO, 2006). O efeito imediato desse processo no município de Macau, principal produtor do estado, foi um intenso processo migratório. O efeito imediato desse intenso processo migratório no município de Macau, principal produtor do estado, fez com que nos três censos que se seguiram à mecanização salineira a população se apresentasse praticamente no mesmo nível registrado no ano de 1970³. Semelhante esforço modernizador foi realizado também na indústria de extração da scheelita em fins dos anos sessenta, através da utilização dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE (CLEMENTINO, 1995).

Na década de setenta, seguindo o mesmo movimento modernizante, ocorreu a implantação de um pólo industrial têxtil e de confecções na área da capital e do seu entorno, com o propósito de articulação à cotonicultura estadual. Assim, foram instalados empreendimentos industriais tais como Guararapes, Alpargatas, Soriedem, Seridó, Sparta,

Borborema e T. Barreto, dentre outros. Estabelecidos sob patrocínio do poder público, esses empreendimentos foram responsáveis por parcela elevada da produção da indústria transformativa, bem como por considerável parte dos empregos nesse setor produtivo.

É importante destacar que ao longo dessa década prosseguiu a ampliação da chamada “nova indústria” do Nordeste, fundada principalmente em segmentos produtores de bens intermediários, constituindo a integração da estrutura produtiva nordestina à dinâmica da indústria sediada no Sudeste (GUIMARÃES NETO, 1989). Então, torna-se claro o papel marginal e particular, no que concerne ao conteúdo da produção e à participação na divisão inter-regional do trabalho da indústria potiguar comparativamente a outros estados nordestinos. Entretanto, não se pode desconsiderar que dada a pouca expressividade da estrutura produtiva preexistente, a implantação de novos segmentos industriais implicou alterações produtivas significativas nas plagas potiguares.

Um dos aspectos a ser considerado é que a presença da indústria têxtil esteve desde então marcada por considerável presença feminina no seu operariado, imprimindo sobretudo a Natal uma paisagem humana muito peculiar. Segundo Lopes Jr. (2000: 36), a “paisagem [...] dominada por mulheres foi a produção culturalmente mais significativa da industrialização local” em um ambiente de “relações de trabalho marcadas pela repressão, patriarcalismo e machismo”. É importante acrescentar ainda que tratava-se de um efetivo operário que auferia níveis salariais muito baixos quando comparados aos vigentes no mesmo setor em outras unidades da federação, sobretudo nas sediadas no Sudeste do país. Vale registrar que uma das vantagens apresentadas pelo GTDN (1959) para a implantação de empreendimentos industriais no Nordeste era a vigência de baixos salários. No caso específico do Rio Grande do Norte, além dos incentivos oficiais, o baixo nível de organização sindical e os baixos salários foram decisivos para a implantação de empreendimentos no setor têxtil e de confecções.

Articuladamente à política de industrialização, foram também empreendidas ações voltadas para a construção habitacional, propiciando grande dinamismo à atividade da construção civil, à medida que consistiu em oportunidade de empregos e de moradia para os contingentes populacionais que migraram para a capital estadual. Assim, no período compreendido entre 1970 e 1980, Natal tornou-se “cidade-modelo das políticas de habitação e ‘participação’ do regime” militar (LOPES JR., 2000: 35). Nesse período, foram construídos vários conjuntos habitacionais na área norte de Natal que passaram a ser denominados como pertencentes ao “outro lado do rio” em contraposição às áreas localizadas na parte sul do rio Potengi.

Simultaneamente ao processo de urbanização, foi ampliada a ação do poder público em todos os níveis de governo, principalmente em Natal e nos municípios mais próximos, para dar suporte às ações produtivas ocorridas no período através do atendimento de capital social básico, bem como para prover os bens de consumo coletivo demandados pela população crescente.

Além das atividades destacadas, é fundamental ressaltar que foi na década de 1970, em decorrência das ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que o petróleo passou à condição de objeto de exploração, com a instalação da Petrobras no Rio Grande do Norte, no ano de 1976. Na realidade, a perfuração de poços nesta unidade federativa ocorreu na década de cinquenta, entretanto, somente após a denominada primeira crise do petróleo, o Estado brasileiro empreendeu esforços decisivos para o provimento interno de combustíveis para atender à crescente demanda nacional, sendo esse o contexto que marcou a emergência e afirmação da atividade petrolífera no Rio Grande do Norte. É verdade que além da expansão da atividade do petróleo, o Rio Grande do Norte também logrou dinamismo na atividade canavieira, em decorrência do PROÁLCOOL, implicando modernização dessa atividade no litoral (CLEMENTINO, 1995: 264). Além dessas atividades, o Estado promoveu ações voltadas para possibilitar a fabricação de óleo de mamona, sabonetes, beneficiamento de caju e castanha, produtos plásticos e embalagens industriais (PALMEIRA SOBRINHO, 2006). Portanto, o conjunto das atividades acima arroladas foi decisivo para as elevadas taxas de incremento da produção potiguar ao longo da década de setenta. Entretanto, o final dessa década consistiu em marco do encerramento de um longo período de expansão das atividades econômicas no Brasil e início de uma crise de longa duração caracterizada como de esgotamento do modelo de desenvolvimento que vigorara no país e de crise do desenvolvimentismo.

A crise dos anos oitenta teve repercussões de abrangência nacional e no caso dos estados nordestinos fizeram-se sentir em parte em decorrência de uma redefinição das ações da SUDENE, a qual passou por um processo de esvaziamento e de redução sistemática dos recursos utilizados para a promoção das atividades econômicas. Nessa década, embora tenha perdido dinamismo comparativamente à década precedente, a economia potiguar cresceu a taxa superior ao Brasil e ao Nordeste e experimentou o quarto maior dinamismo dentre os estados nordestinos. Tal performance foi decorrente do fato de empreendimentos privados terem sido beneficiados ainda com recursos públicos segundo uma perspectiva de reforço da integração industrial do país, mas, sobretudo, visando a constituição de pólos de dinamismo que possibilitassem o aproveitamento de oportunidades de inserção externa, de modo a melhorar a situação das contas externas do país. Esse contexto permite compreender a

constituição e fortalecimento do pólo de fruticultura irrigada Açú/Mossoró, a exemplo de outros pólos que se afirmaram em outras unidades da federação, em especial no Nordeste brasileiro.

No Rio Grande do Norte, as primeiras ações para o desenvolvimento da irrigação da agricultura ocorreram nos anos sessenta com a MAÍSA e posteriormente com a Fazenda São João. Porém, somente na década de oitenta, a fruticultura irrigada se afirmou como uma das atividades econômicas mais dinâmicas do Rio Grande do Norte.

A conclusão da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, no início da década de oitenta, constituiu-se em marco decisivo para a constituição de uma agricultura irrigada e de cunho capitalista. Segundo Gomes da Silva (apud GOMES DA SILVA, 1999: 319), “A consolidação do movimento empresarial em direção ao Baixo-Açú deu-se no pós-85, caracterizando-se como um processo de apropriação privada do investimento público”. A produção da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte passou a ser desenvolvida a partir de capitais privados, com decisiva participação estatal através da construção ou financiamento de obras de infra-estrutura, nas subzonas de Mossoró e do Vale do Açú. Ainda de acordo com Gomes da Silva (1999: 320), “as empresas agropecuárias que se instalam no pólo adotam um elevado padrão tecnológico, principalmente pela adoção de métodos de irrigação sob pressão”, sendo a produção direcionada principalmente para o mercado externo. Assim, ainda que o conjunto da atividade agropecuária tenha experimentado, desde a década de setenta, perda de participação no conjunto da economia potiguar, a agricultura irrigada tem conseguido manter grande dinamismo e por isso os seus produtos passaram à condição de principal item da pauta de exportação do estado para outros países (MDIC/SECEX, 2005).

Os anos oitenta foram também a temporalidade da afirmação da atividade turística no Rio Grande do Norte. Na realidade, desde princípio dos anos setenta, foram realizadas ações pelo governo estadual com vistas a tornar o turismo em alternativa de desenvolvimento para o estado (LOPES JR., 2000: 38). Entretanto, foi necessário um longo período até que isso efetivamente ocorresse, em meados dos anos oitenta, e para tal foi decisiva a ação estatal através da realização de investimentos públicos e da transferência de terrenos a preços baixos para empresários estabelecidos no Rio Grande do Norte. Vale destacar que “O marco fundamental para a expansão da atividade turística local e a produção social de Natal como cidade turística foi a construção da via costeira” (LOPES JR., 2000: 39). Entretanto, deve ser salientado que houve forte resistência ao projeto inicial da construção dessa obra, uma vez que eram claramente expressos os propósitos elitistas associados ao empreendimento. Ainda durante a década de noventa, a implantação do PRODETUR I seria fundamental para a montagem de infra-estrutura viária para articular a cidade de Natal a outras cidades do litoral

sul do estado, seguindo a linha da costa potiguar (CLEMENTINO, 2003). Deve-se também ressaltar que a atividade turística não envolve tão-somente os deslocamentos aéreos ou terrestres, a estada em hotéis e pousadas e a frequência a bares e restaurantes durante o “consumo de paisagens”. Na realidade potiguar, é visível a articulação existente com o capital imobiliário que se envolve desde a construção de obras de infra-estrutura, até shopping e moradia para os participantes do turismo imobiliário. Portanto, para o bem ou para o mal, a ação do turismo não se encerra no circuito praia-sol.

No que concerne às atividades industriais, destaca-se que os investimentos direcionados à atividade petrolífera foram mantidos, por isso a produção apresentou trajetória crescente durante toda a década de oitenta. Quanto à indústria de transformação, deve-se enfatizar que, embora se costume fazer alusão à reestruturação industrial no Brasil na década de noventa, no Rio Grande do Norte esse processo foi iniciado na década de oitenta com a chegada de grandes grupos no setor têxtil e de confecções. Um caso paradigmático disso foi a compra da empresa Seridó pela Coteminas, no ano de 1984. A reestruturação então posta em curso em 1985 consistiu fundamentalmente na manutenção dos equipamentos existentes e na implantação de uma nova gestão da força de trabalho que implicou a imediata dispensa de 1.360 trabalhadores num universo de 1.800, sendo os 540 remanescentes escolhidos segundo o critério da “ficha limpa” (EVANGELISTA, 2000; RESENDE, 2000; PALMEIRA SOBRINHO, 2006: 169).

Entretanto, deve-se ressaltar que a crise que acometia a indústria de transformação fez com que no âmbito do governo estadual fossem implementados programas com o propósito de garantir a acumulação de capitais através do favorecimento à permanência dos empreendimentos preexistentes, bem como à tentativa de atração de novas empresas. Quanto a esse aspecto, deve ser destacada a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI⁴), pela Lei 7.075, de 11 de outubro de 1985, com o propósito de apoiar o desenvolvimento industrial do estado.

Garcia (2007) elaborou estudo no qual procura demonstrar se os resultados obtidos com o PROADI são consentâneos com os objetivos propostos. Segundo o autor, embora não possa “ser considerado como um instrumento de política industrial no sentido de reestruturar ou fomentar a criação de novas formas de organização industrial no território potiguar”, o PROADI “continua sendo um importante instrumento para a atração de investimentos industriais” e, além disso, constituiu-se em “um instrumento de atração de investimentos cuja abrangência ultrapassou os limites da indústria”, ao incorporar atividades não contempladas anteriormente pelo programa, tais como empresas produtoras de derivados de cana-de-açúcar,

fabricação de artefatos de concreto e cimento, extração mineral, aquicultura e pesca, dentre outras (GARCIA, 2007: 35-6).

A exposição precedente buscou destacar as principais atividades econômicas existentes na economia do Rio Grande do Norte, no período anterior à década de setenta, para que se pudesse melhor compreender as âncoras da melhor performance produtiva desta unidade federativa comparativamente à Região Nordeste e ao Brasil a partir dessa década. Ademais, procurou mostrar que o citado dinamismo baseou-se na reorganização ou reestruturação das atividades preexistentes, bem como em novas atividades que emergiram e se consolidaram, imprimindo “novas dinâmicas” à economia estadual. Desse modo, torna-se claro que as ações desenvolvidas para fazer face à perspectiva de crise na década de 1970, mas sobretudo para fazer o enfrentamento da crise dos anos 1980, foram fundamentais para a configuração da economia potiguar ao longo da década de 1990. Portanto, realizada a retrospectiva, pode-se abordar, em seguida, as atividades econômicas que conformaram a trajetória da economia do Rio Grande ao longo do período sob análise no presente estudo (1991/2000).

No período em pauta, caracterizado como de baixo crescimento, correspondente à denominada segunda década perdida, a economia potiguar cresceu a uma média anual de 3,7%, sendo, portanto, superior às congêneres nordestina e brasileira que expandiram-se às taxas de 2,6% e de 2,8%, respectivamente.

A exposição toma como ponto de partida a *Agropecuária estadual*. É importante destacar que embora os produtos da fruticultura e do setor pesqueiro tenham apresentado razoável dinamismo e, por isso, assumido, respectivamente, as primeira e terceira posições na média anual exportada pelo Rio Grande do Norte, o setor agropecuário teve participação pouco expressiva na produção estadual desde o início da década de noventa (MDIC/SECEX, 2005). Tal participação foi pouco superior a 8% em 1991 e apresentou-se oscilante com tendência de declínio durante a década, de modo que no último ano da série atingiu uma participação inferior a 3% da produção estadual. Na realidade, o produto total da *Agropecuária* potiguar expressa claramente o movimento de uma agricultura pouco tecnificada, cuja trajetória apresenta-se oscilante e com variações bruscas em períodos de seca, como foi o caso final da década (Gráfico 1).

A *Atividade industrial* apresentou a melhor performance produtiva, dentre os setores econômicos do Rio Grande do Norte ao longo do período em foco. Sua trajetória foi ascendente até 1993, declinante nos dois anos seguintes, novamente ascendente por mais dois anos e, após mais um ano de declínio, voltou a crescer nos dois últimos anos da década. Esse movimento tendencialmente crescente fez com que houvesse aumento de participação do

setor na produção estadual, de aproximadamente 35%, em 1991, para cerca de 42%, em 2000. O *Setor de serviços* foi o setor com a segunda melhor performance do produto interno bruto. Sua performance foi também oscilante, mas com tendência crescente e permitiu que a participação setorial permanecesse a mais elevada na produção estadual. Na realidade, ao fim do período, a participação do setor em consideração foi de aproximadamente 56%, sendo apenas um ponto percentual inferior à participação do ano de 1991.

Conforme expresso no Gráfico 2, a *Indústria de transformação* do Rio Grande do Norte foi o segmento industrial com a maior participação no total da indústria estadual e, ao mesmo tempo, o que apresentou o nível de produção com as menores oscilações e, portanto, com o produto com nível mais estável durante a década de noventa. Por esse motivo, perdeu participação na indústria estadual nesse período. Os demais segmentos ampliaram suas participações ao longo do período.

A melhor performance expansiva foi a do segmento dos *Serviços industriais de utilidade pública*, porém tratava-se daquele com menor importância na indústria estadual. Tomando-se o conjunto do período, a *Indústria extrativa* teve melhor desempenho produtivo do que a *Indústria da construção civil*. Ambos os segmentos industriais apresentaram níveis do produto relativamente próximos aos do início da década até 1993. A partir desse ano, a construção civil manteve a produção crescente até 1997, começando então a declinar até o final da década. A indústria extrativa, por sua vez, apresentou produção decrescente até 1998 e crescimento vertiginoso a partir do ano seguinte. O resultado foi que no ano de 2000, essa atividade passou a deter a maior importância para a produção industrial, seguida da indústria da construção civil, enquanto a indústria de transformação perdeu importância, embora tenha mantido o nível de produção relativamente estável durante todo o período.

Para a composição do “pib do terciário” potiguar, a *Administração pública* teve durante toda a década de noventa a posição de maior destaque. É importante ressaltar que no início dessa década, ainda sob a gestão de Collor de Mello, houve declínio do “valor do produto” do citado segmento dos serviços. De 1990 até 1995, houve elevação do valor do produto, entretanto, o início do governo de Fernando Henrique Cardoso marcou uma relativa constância do valor do pib desse segmento. Entretanto, o ano de 2000 apresentou considerável ampliação comparativamente ao ano anterior. O segmento que presta serviços de locação de bens móveis e imóveis, e por isso aufere *Aluguéis*, foi o que apresentou a segunda maior participação relativa no terciário potiguar tanto no início quanto no final da década de noventa, embora tenha perdido tal posição na primeira metade da década. Os *Serviços de transportes e comunicações* tiveram a segunda melhor performance no período, de modo a sair da última posição em 1991 e praticamente ficar em posição empatada com os *Outros*

serviços em 2000. Os segmentos do *Comércio* e das *Instituições financeiras* foram os que experimentaram reduções mais intensas no “valor real do produto” e, por esse motivo, o primeiro segmento saiu da terceira para a quinta posição, enquanto o segundo saiu da penúltima para a última posição entre 1991 e 2000 (Gráfico 3).

Conforme anteriormente destacado, o dinamismo da economia potiguar comparativamente ao Nordeste e ao Brasil ocorreu diferentemente segundo os diversos setores e subsetores produtivos. É fato que em face aos condicionamentos estabelecidos pela abertura comercial e financeira, pelas políticas macroeconômicas, bem como as ações visando à flexibilização no Brasil, as empresas reagiram, ao mesmo tempo em que buscaram imputar aos trabalhadores os custos do processo de reestruturação. Assim, a seguir busca-se apresentar, através do estudo dos estabelecimentos e dos empregos formalizados segundo o tamanho dos estabelecimentos, de forma geral e com elevado nível de agregação das informações, o processo de reestruturação nos segmentos produtivos e de prestação de serviços no Rio Grande do Norte durante a década de noventa.

Em primeiro lugar, destaca-se um incremento muito grande do número de estabelecimentos comparativamente ao número de empregos. Essa informação geral é uma clara indicação da proliferação de micro e pequenos empreendimentos que além de utilizar reduzido número de empregados, o fizeram freqüentemente com o pagamento de baixos salários no Rio Grande do Norte ao longo da década de noventa.

As informações gerais sobre o total de estabelecimentos corroboram a afirmação precedente, pois os micro e pequenos estabelecimentos que representaram aproximadamente 93% dos estabelecimentos em 1991 tiveram a participação elevada em 2000 para cerca de 96%, enquanto nos respectivos anos a participação dos grandes estabelecimentos foi reduzida de 4% para 2% (Tabela 2).

A distribuição dos empregados segundo os tamanhos dos estabelecimentos, diferente do que ocorreu com o número de estabelecimentos, apresentou-se com freqüência muito maior nos estabelecimentos de maior porte, ou seja, aqueles com o número de empregados igual ou superior a 100. Entretanto, a citada distribuição também registra, de um lado, o aumento da participação dos empregos nos estabelecimentos de tamanho micro de 7% para aproximadamente 13% e, de outro, a expressiva redução de 77% para cerca de 63% dos empregos nos grandes estabelecimentos. Acrescente-se às informações anteriores o fato de que o salário médio do empregado potiguar foi reduzido de 5,39 para 3,25 salários mínimos e torna-se inequívoca a afirmação de que o processo de reestruturação do conjunto dos empreendimentos formais no Rio Grande do Norte ocorreu com o aumento do rigor sobre os empregados.

Dada a maior importância, dentre os oito setores destacados, à composição do emprego formal bem como ao produto interno bruto do Rio Grande do Norte, inicia-se destacando a *Administração pública*. A mudança de concepção sobre o “papel” do Estado na sociedade, que passou a ter vigência no seio dos governos brasileiros na década de noventa, promoveu efeitos reais e, no caso específico do Rio Grande do Norte, fez com que o emprego crescesse abaixo do crescimento vegetativo da população estadual, de modo que a *Administração pública* perdesse participação na composição do emprego, ainda que no ano de 2000 tenha representado 39% do total dos empregos do estado. Além do que já foi mencionado, deve-se também destacar que esse foi o único segmento em que a quase totalidade dos empregos esteve relacionada com os estabelecimentos de grande porte.

Os *Serviços* constituíram-se no segmento terciário com a segunda maior participação na composição do emprego, sendo que fora de aproximadamente 20% em 1991 e 23% em 2000. Esse setor teve uma grande elevação dos micro e pequenos estabelecimentos, de 94% para 97%, e, ao mesmo tempo, redução da proporção dos grandes empreendimentos. Além disso, experimentou uma grande redução proporcional dos empregos nos grandes estabelecimentos – de 59% para 42%. Na realidade, trata-se de um segmento muito heterogêneo que abrange serviços produtivos, distributivos, sociais e pessoais que costumam ter dinâmicas específicas. Assim, se no conjunto é incontestável a ampliação do segmento dos *Serviços* na composição do emprego, alguns setores experimentaram consideráveis reduções no número absoluto dos empregos. Dentre estes pode ser destacado o *setor bancário* que em decorrência de um processo de reestruturação baseado principalmente na incorporação de tecnologias de base informacional, seguindo um movimento de amplitude nacional, teve os empregos reduzidos em período próximo (1991/97) ao do presente estudo de 4.737 para 2.960 empregados, revelando a existência de diversidade de situações no interior de um mesmo agrupamento de atividades econômicas (DIEESE, 1998).

O segmento do *Comércio* permaneceu marcado pela presença dos micro e pequenos estabelecimentos e logrou ampliação de participação tanto no total dos estabelecimentos quanto no número de empregos. A reestruturação ocorrida nesse setor envolveu desde a presença de grandes redes de supermercados de capitais forâneos, até a ampliação dos mercadinhos de bairro que se organizaram em cooperativas, bem como a falência de supermercados pertencentes a “empresários locais”.

No setor industrial, destaca-se a princípio o segmento que apresentou o maior incremento do número de empregos – o *extrativo mineral*. Trata-se também de um setor no qual predominaram os pequenos e médios estabelecimentos durante toda a década e em que os grandes estabelecimentos perderam participação relativa. No que concerne à composição

do emprego, é importante destacar que apenas os grandes estabelecimentos perderam participação, tendo esta sido reduzida de 69%, em 1991, para 53%, em 2000. Certamente tal performance foi decorrente do intenso processo de terceirização das atividades ocorridas no setor, especialmente na atividade petrolífera. Além disso, é importante resgatar que a indústria extrativa mineral apresentou grandes oscilações durante a década de noventa, apesar de ao final da década ter atingido o maior grau de participação na composição da produção do setor industrial. Destaca-se que a participação nesta composição apresenta-se bastante diversa da que ocorreu na composição do emprego, situando-se não apenas abaixo da ocorrida na indústria de transformação, bem como na indústria da construção civil.

Os dados revelam que a *Construção civil* experimentou um dos mais expressivos incrementos do número de estabelecimentos, sendo que estes foram principalmente de porte micro e pequeno. Nestes, concentrou-se, também, a maior parcela dos empregos gerados no período. À semelhança da indústria extrativa, a participação na composição do emprego industrial foi muito reduzida comparativamente à participação na formação da produção.

A *Indústria de transformação*, embora tenha apresentado significativo incremento no número de estabelecimentos, logrou redução de participação relativa na composição dos estabelecimentos, tendo o mesmo ocorrido na composição do emprego. Ao final da década, como no início, continuou como um segmento industrial com predomínio dos estabelecimentos de menor porte, porém é importante destacar que houve uma ampliação considerável no número dos pequenos estabelecimentos enquanto nos demais portes ocorreram reduções na participação. Quanto ao emprego, merece ser destacada a ocorrência de acentuada redução dos grandes e o acentuado aumento dos pequenos empreendimentos na sua composição. Aqui merece ser evidenciado que o setor têxtil e de confecções, o principal dentre os que integram a indústria de transformação, experimentou um acentuado processo de reestruturação pela via da terceirização, incorporando pequenos produtores, em situação de informalidade, ao circuito da produção, provocando intensa queda nos níveis salariais vigentes nesta indústria.

Destaca-se que o segmento dos *Serviços industriais de utilidade pública*, embora tenha apresentado incremento do número de estabelecimento ao longo da década, foi o único dentre os oito que integram a Tabela 2 em que ocorreu redução absoluta dos empregos, sendo tal redução de aproximadamente 40%. Dado o peso do serviço de distribuição de energia nesse segmento e considerando-se a privatização da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), torna-se claro que a reestruturação pós-privatização foi a principal razão da “queima” de empregos ocorrida no setor, ao mesmo tempo em que aconteceu um movimento

monotonicamente ascendente de participação do segmento na composição do produto interno bruto da indústria estadual.

Põe-se, ainda, em destaque a atividade *Agropecuária*. Trata-se da atividade em que ocorreram os maiores acréscimos tanto no número de estabelecimentos quanto no de empregos. Apenas os estabelecimentos de porte micro lograram aumento de participação na composição dos estabelecimentos. Quanto à participação dos estabelecimentos na composição do emprego, constata-se que apenas os de grande porte perderam posição. Mas, embora a participação da agropecuária para a produção estadual tenha experimentado ao longo de um alargado período forte redução, inclusive na década em pauta, certamente foi em função do segmento produtor de produtos voltados à exportação, como são os casos da fruticultura irrigada e da atividade pesqueiro-aqüícola, a ampliação do assalariamento na agropecuária estadual.

Por fim, destaca-se que a exposição anteriormente empreendida explicitou que durante a década de noventa, período em que a sociedade brasileira passou por profundas mudanças baseadas em políticas de cunho liberal, ocorreram intensa reestruturação das empresas, desverticalização produtiva, deslocalização de unidades de produção e desestruturação do mercado de trabalho. Nesse contexto, a economia do Rio Grande do Norte foi impactada, porém os resultados verificados não podem ser creditados integralmente aos condicionamentos de ordem mais geral. Certamente, os resultados observados no Rio Grande do Norte decorreram também das ações dos agentes “locais” – setor público, empreendedores privados e empregados e suas instituições representativas – e, portanto, expressaram as relações de forças existentes entre classes, segmentos de classes e grupos de interesses sediados na unidade federativa em foco. Embora a abordagem acima diga respeito ao Rio Grande do Norte, é necessário destacar que a estrutura produtiva, a população e a força de trabalho não se encontram homogeneamente distribuídas no território potiguar. Estas, ao longo do período estudado concentraram-se fundamentalmente no conjunto dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa do Leite no Rio Grande do Norte e a reprodução político-oligárquica regional. In: *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O maquinista do algodão*. Natal, Editora Universitária, 1986.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas mesmas cidades. In: Maria Flora Gonçalves; Carlos Antonio Brandão; Antonio Carlos Galvão. (Org.). *Regiões e cidades: cidades nas regiões*. São Paulo: ANPUR, 2003.
- DIEESE. *Caderno linha bancários*. São Paulo: DIEESE, 1998.
- EVANGELISTA, João Emanuel. *Tear de homens: relações de poder em fábricas têxteis*. Natal: EDUFRN, 2000.
- FELIPE, José Lacerda Alves e CARVALHO, Edílson Alves de. *Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico*. João Pessoa, Editora Grafset, 2002.
- GARCIA, Odair Lopes. *A evolução da economia do Rio Grande do Norte: 1970/1999*. Natal: Departamento de Economia/UFRN, 2001. (Relatório de Pesquisa, março, 2001)
- GARCIA, Odair Lopes. *Análise dos efeitos do Programa de Incentivo à Industrialização (PROADI) sobre a estrutura industrial e a receita tributária do estado*. Natal, Governo do RN, Secretaria de Tributação, PNUD, dezembro 2007.
- GOMES DA SILVA, Aldenôr. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte - Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999. p. 307-339.
- GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Oficial, 1959.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. *A construção social da cidade do prazer: Natal*. – Natal : EDUFRN, 2000. 188p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)/SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em 03 de maio de 2005.
- PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. *Reestruturação produtiva e terceirização: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras no RN*. Natal: UFRN, 2006. 259 p. Tese [Doutorado em Ciências Sociais da UFRN].
- RESENDE, Vanusa Alves. *Modelos produtivos e competitividade: o caso Coteminas S.A.* Natal: UFRN/PPGCS, 2000. 124 p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN].
- SILVA, Marconi Gomes da; BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira; AZEVEDO, Geraldo Gurgel de. *A economia norte-riograndense e a crise de 29*. Natal, Editora Universitária, (1986).
- SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. *Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira*. Natal: UFRN/PPGCS, 2002. 156 p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN].
- TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1985.

TABELAS

Tabela 1 Taxas médias anuais de crescimento do PIB - RN, NE e BR (1991/2000) (%)

Unidades	Períodos				
	1970/1980	1980/1990	1990/2000	1970/2000	1991/2000
Rio Grande do Norte	12,1	3,2	4,3	6,5	3,7
Nordeste	10,5	2,7	2,8	5,3	2,6
Brasil	10,3	2,0	2,6	4,9	2,8

FONTE (dos dados básicos): IPEA, 2004.

Tabela 2 Estrutura produtiva do Rio Grande do Norte - Total e composição dos estabelecimentos e do emprego segundo o tamanho das empresas (1991

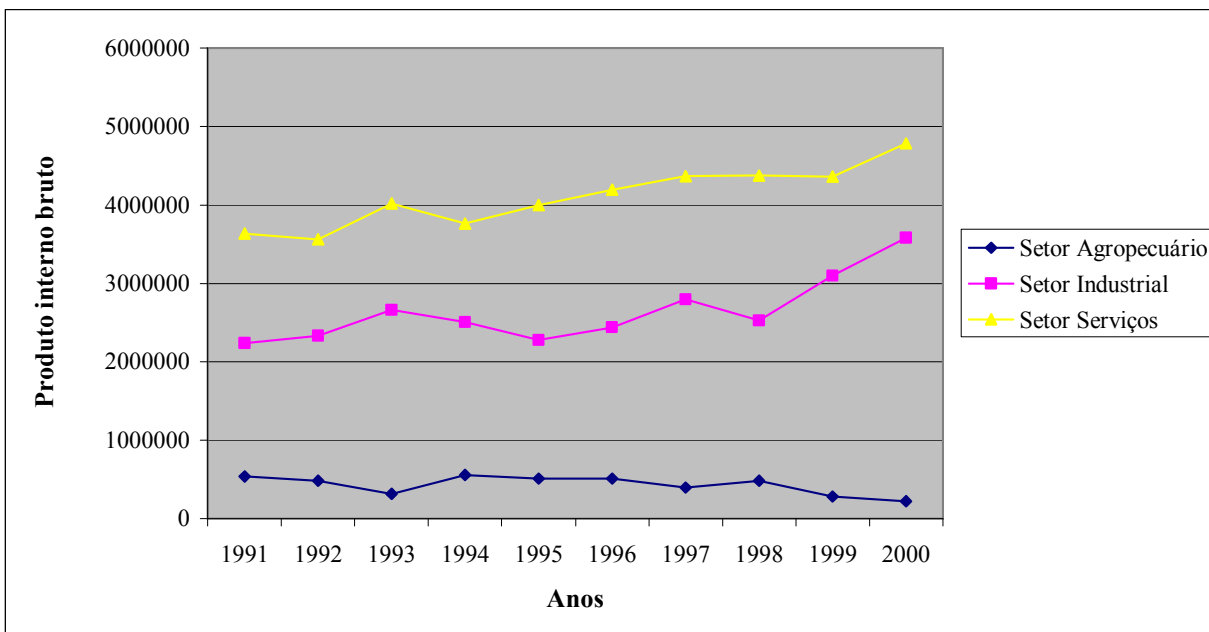
Estabelecimento/empregos segundo o tamanho do estabelecimento	Setores econômicos									Total
	Extrativa mineral	Indústria de transformacao	Serv. indust. utilid. pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária, extrativismo etc.	Outros/ignorado	
1991										
Nº de Estabelecimentos	45	1.038	108	383	3.533	2.706	268	123	899	9.103
% estab./tam. estabelec.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Micro	53,3	72,2	75,9	70,2	87,9	73,8	28,0	73,2	82,1	78,3
Pequeno	28,9	18,8	17,6	18,5	10,5	19,7	11,9	17,9	13,6	15,1
Médio	8,9	3,4	2,8	5,5	1,0	3,1	7,8	1,6	1,8	2,4
Grande	8,9	5,7	3,7	5,7	0,7	3,4	52,2	7,3	2,6	4,1
Nº de Empregos	2.076	36.188	4.770	8.154	21.062	52.990	114.250	5.944	20.927	266.361
% emprego/tam. estab.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Micro	3,2	6,1	5,8	6,3	36,6	10,5	0,2	4,1	8,7	7,0
Pequeno	14,0	10,6	9,2	19,3	31,8	20,3	0,7	8,0	12,0	10,3
Médio	13,7	6,5	4,2	18,9	11,2	10,7	1,4	2,0	5,2	5,7
Grande	69,1	76,9	80,8	55,5	20,4	58,5	97,6	86,0	74,1	77,0
2000										
Nº de Estabelecimentos	146	1.924	162	1.439	8.292	6.471	353	670	-	19.457
% estab./tam. estabelec.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
Micro	45,9	68,8	83,3	81,1	88,9	80,9	34,0	78,5	-	81,9
Pequeno	38,4	25,5	11,7	15,3	10,3	15,6	11,3	13,6	-	14,3
Médio	8,2	3,0	1,2	2,0	0,5	1,9	6,8	4,3	-	1,7
Grande	7,5	2,7	3,7	1,6	0,3	1,6	47,9	3,6	-	2,1
Nº de Empregos	4.779	40.775	2.871	13.812	41.681	73.412	122.629	15.529	-	315.488
% emprego/tam. estab.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
Micro	5,7	10,7	15,2	16,6	44,2	18,9	0,3	7,5	-	13,1
Pequeno	26,2	25,4	16,6	32,4	34,6	27,4	0,7	11,9	-	17,0
Médio	15,1	9,6	5,8	14,8	7,7	11,9	1,5	13,7	-	7,2
Grande	53,0	54,2	62,4	36,3	13,4	41,9	97,6	66,9	-	62,7

FONTE dos dados básicos: Rais/MTE, CD-ROM, 1991 e 2000. NOTA: Microempresa (0-9); Pequena empresa (10-49); Média empresa (50-99);

GRÁFICOS

Gráfico 1

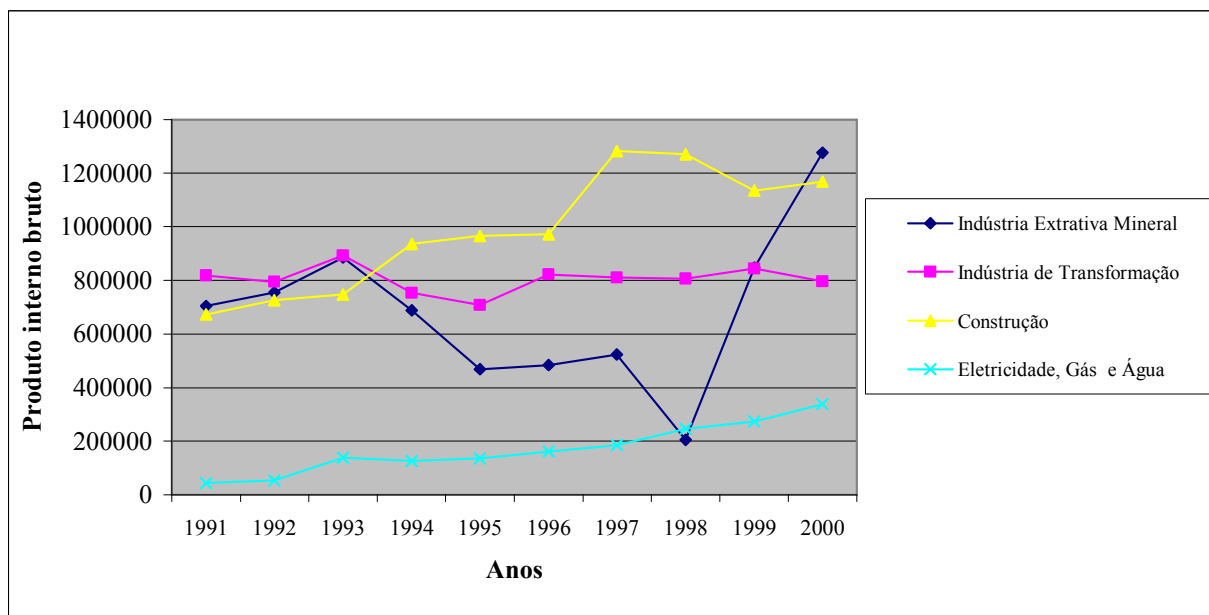
Rio Grande do Norte - Produto interno bruto segundo os setores produtivos (1991/2000)



Fonte: IPEADATA, 2004. Elaboração do autor.

Gráfico 2

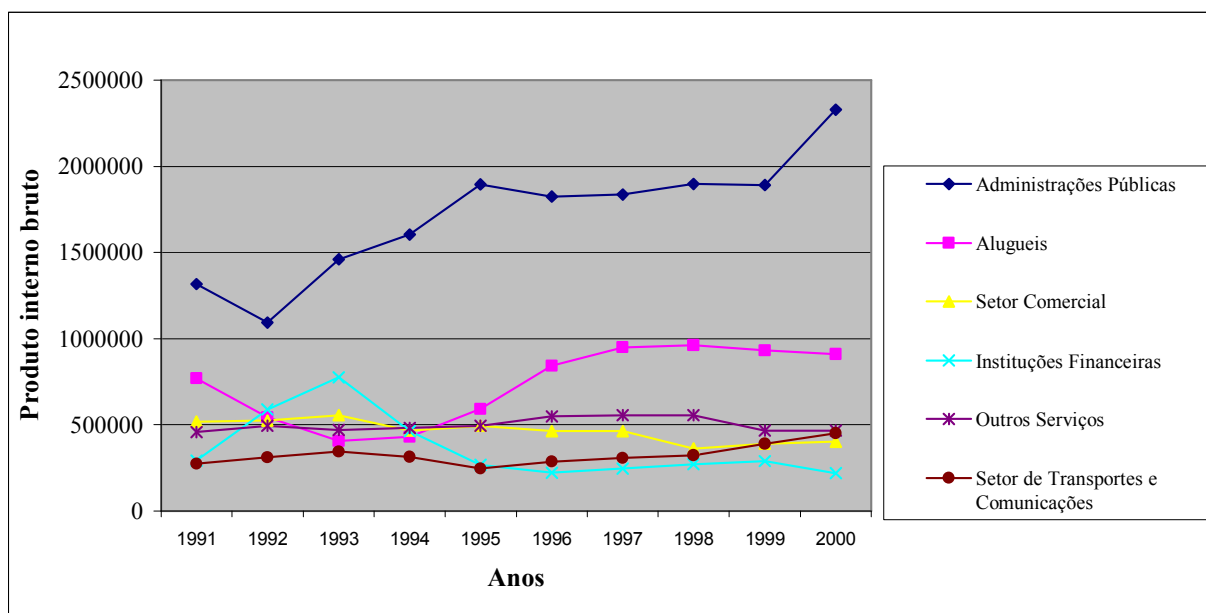
Rio Grande do Norte - Composição do produto interno bruto industrial (1991/2000)



Fonte: IPEADATA, 2004. Elaboração do autor.

Gráfico 3

Rio Grande do Norte - Composição do produto interno bruto dos serviços (1991/2000)



Fonte: IPEADATA, 2004. Elaboração do autor.

NOTAS

¹ Este programa foi criado no ano de 1986, com vistas a garantir o nível de atividade do setor, a partir da distribuição de leite a pessoas consideradas “carentes”. O programa teve vigência de 1986 a 1989, foi suspenso no período 1990-94 e foi reimplantado em 1995, sendo mantido até o momento atual (2007). Desde fins da década de noventa o programa cobre todos os municípios potiguares, sendo que na atualidade atende a 130 mil famílias, 2.092 agropecuaristas, sobretudo os grandes do estado, e 26 empresas do setor de laticínios. Porém, esta atividade não se encontra determinada pelo Programa do Leite, pois além deste, o setor depende em grande medida dos estímulos decorrentes do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar – e do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (AZEVEDO e PESSÔA, 2005: 06).

² Sobre a economia algodoeira no Rio Grande do Norte ver, entre outros, os trabalhos de Takeya (1985), Clementino (1986), e Silva; Bezerra; Azevedo (1986).

³ A população do citado município fora de 25.800 pessoas em 1970 e atingiu um universo de 25.700 pessoas no ano de 2000.

⁴ O PROADI passou por algumas alterações, delineando ao longo do tempo como seus eixos fundamentais: “a atração de empresas, geração de emprego e renda, interiorização da produção industrial e integração econômica”. Com vistas à consecução do objetivo de manutenção/ampliação dos empreendimentos produtivos são dois os estímulos no âmbito do Programa, quais sejam: o benefício fiscal, através do deferimento do recolhimento do ICMS, e a concessão financeira, a partir do financiamento do valor do imposto devido. Para além do Programa, o Estado promove a infra-estrutura para a implantação de empresas nos Distritos Industriais (GARCIA, 2007: 06).